

Ata nº 873. Aos três dias de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no plenário José Assunção Pereira, sede da Câmara Municipal de Durandé, Estado de Minas Gerais, situada à Rua Antenor de Paiva Condé, 28 – Bairro Santa Edwiges, realizou-se a primeira Reunião Ordinária da segunda Legislativa da nona Legislatura, sob a presidência da Senhora Presidente Sirlei Guerra Paiva. A presidente cumprimentou os vereadores, os servidores da Casa, a assessoria jurídica, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelo canal de transmissão. Em seguida, solicitou ao Secretário Carlos Renato Schuenck que procedesse à verificação da presença dos vereadores, sendo constatada a ausência da Vereadora Michelle Aparecida Alves Silva. Havendo, assim, quórum regimental, foi declarada aberta a presente sessão. Na sequência, convidou o Vereador Valdir Teixeira do Rosário para proceder à leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Após a leitura, informou que a ata da 12ª reunião Extraordinária havia sido previamente encaminhada aos vereadores, colocando-a em discussão. Não havendo manifestações, a ata foi colocada em votação e obteve aprovação unânime. Dando continuidade à ordem do dia, foi realizada a leitura das razões do veto integral às emendas à Proposição de Lei nº 891/2025, que estima a receita e fixa a despesa do município de Durandé para o exercício financeiro de 2026. A Presidente solicitou à secretária ad hoc que procedesse à leitura das razões do veto, informando que o mesmo seria encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça, Legislação e Orçamento para análise e emissão de parecer. Antes do encaminhamento, foi solicitada à Assessoria Jurídica, Drª. Tainara, a leitura do ofício nº 019/2026, do Gabinete do Prefeito. Com a palavra, o Vereador Antônio Ramos esclareceu que, ao final da tramitação do orçamento, e de acordo com o ofício por ele encaminhado, o Executivo havia se comprometido a cumprir as emendas apresentadas. Destacou que as emendas não indicaram expressamente as anulações de dotações específicas para abertura dos créditos correspondentes, tendo a intenção de não interferir diretamente na organização técnica da contabilidade e do setor jurídico do Executivo. Ressaltou ainda que, uma vez encaminhado o Projeto de Lei à Câmara, este pode sofrer emendas, sendo prerrogativas do Poder Legislativo propor alterações, observados os limites legais. Concluiu afirmando que houve diálogo e compromisso do Executivo quanto à execução das ações previstas nas emendas, especialmente aquelas relacionadas à creche de São João da Figueira e demais obras mencionadas. A Presidente informou que o tema seria melhor discutido na próxima reunião. Na sequência, foi realizada a leitura do Projeto de Lei nº 001/2026, de 14 de janeiro de 2026, que concede revisão geral anual aos servidores públicos do Município de Durandé e dá outras providências. Após a leitura, o projeto foi encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça, Legislação e Orçamento para análise. Aberta a palavra aos vereadores, fez uso da mesma o Vereador Valdir, que apresentou indicação verbal, a pedido da Vereadora ausente, sugerindo estudo acerca da possibilidade de concessão de adicional de insalubridade aos servidores da educação, ressaltando que há previsão legal, condicionada à realização de laudo técnico específico. A Presidente informou que a matéria seria analisada junto à assessoria jurídica para verificação da legalidade. O Vereador Valdir também relatou demanda apresentada por servidores que exercem atividades braçais, especialmente quanto às condições de trabalho sob exposição prolongada ao sol, sugerindo que o tema fosse discutido pelos vereadores e encaminhado ao Executivo para análise de possíveis medidas que garantam melhores condições de trabalho, observados os limites legais da competência legislativa. A presidente destacou a necessidade de estudo aprofundado da matéria, considerando que envolve diversas categorias com carga horária semelhante. Com a palavra o Vereador Flávio André Pereira agradeceu ao Secretário de Obras, Thomas Castro, pelo atendimento à comunidade de Córrego Graça, onde havia situação de risco em via pública, ressaltando a importância da atuação do Executivo na manutenção das estradas rurais. O Vereador Pedro Bemfica de Souza questionou acerca da composição das comissões permanentes, sendo informado que permaneceria os mesmos membros. Em seguida

o Vereador Antônio Ramos de Souza Neto apresentou ofício solicitando providências do Executivo quanto à instalação de telas de proteção no campo da comunidade de São José da Figueira, visando garantir maior segurança aos frequentadores, especialmente crianças, durante a realização de campeonatos e atividades esportivas. A presidente informou que o ofício será encaminhado ao Executivo. Na sequência, a Presidente realizou a leitura de convite oficial da Primeira Igreja Assembleia de Deus em Durandé, referente à inauguração do templo e celebração dos 71 anos da instituição, convidando os vereadores para participarem do evento nos dias 21 e 22 de fevereiro. Não havendo mais manifestações, a Presidente agradeceu a presença de todos, servidores, público presente e cidadãos que acompanharam a sessão, declarando assim, encerrada a presente reunião, solicitando que os vereadores procedessem à leitura do livro de presença. E, para constar, determinou que eu, Carlos Renato Schuenck, na condição de Secretário da Mesa Diretora, lavrasse a ata desta sessão, que após lida e se aprovada, será assinada por mim, assim como pelos demais membros da Mesa Diretora.